



Banco Finaxis S.A.

(CNPJ: 11.758.741/0001-52)

Demonstrações Contábeis acompanhadas do Relatório do Auditor Independente

Em 30 de junho de 2025

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis	5
Balancos Patrimoniais	9
Demonstrações do Resultado	11
Demonstrações do Resultado Abrangente	12
Demonstrações da Mutação do Patrimônio Líquido	13
Demonstrações do Fluxo de Caixa – método indireto	14
Notas explicativas da Administração �s Demonstrações Contábeis	15

Relatório da Administração – 1º semestre de 2025

1. INTRODUÇÃO

Apresentamos a seguir o Relatório da Administração do Banco Finaxis S/A referente ao primeiro semestre de 2025, de acordo com o que estabelece o Banco Central do Brasil.

2. RESULTADOS RELEVANTES

No primeiro semestre de 2025 as receitas operacionais do Banco Finaxis somaram R\$ 22.677 mil, apresentando uma redução de 16,63% em relação ao mesmo período de 2024.

O Banco Finaxis evoluiu o total do Patrimônio Líquido custodiado de R\$ 5,79 bilhões ao final de 2024 para R\$ 6,24 bilhões ao final do primeiro semestre de 2025, um crescimento de 7,8%.

O Banco Finaxis obteve no 1º semestre de 2024 um prejuízo de R\$ 2.501 mil, e no mesmo período de 2024 um lucro de R\$ 1.706 mil, o que representa uma variação negativa de R\$ 4.207 mil com relação ao mesmo período do ano anterior.

3. CONTEXTO E PERSPECTIVAS

A inflação acumulada até junho de 2025 medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) foi de 2,99% e de 5,35% nos últimos 12 meses. Após o ciclo de aumento da taxa Selic iniciado em setembro/24, a taxa segue em patamar estável de 15,00% desde junho/25.

Segundo o Boletim Focus do Banco Central publicado em 15 de agosto de 2025, a expectativa para o Produto Interno Bruto (PIB) para 2025 é de 2,21% e as projeções para inflação são de 4,95%. Em relação à taxa básica de juros da economia brasileira, a Selic, a previsão é pela manutenção da taxa em 15,00% até o final do ano. A projeção para o dólar é de R\$ 5,60.

O Banco Finaxis continua muito atuante no mercado de FIDCs (Fundos de Investimento em Direitos Creditórios), entendendo que é fundamental manter o ritmo acelerado de investimentos em tecnologia e inovação.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Acionistas do
Banco Finaxis S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Banco Finaxis S.A. (“Instituição” ou “Banco”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2025 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Finaxis S.A. em 30 de junho de 2025, o desempenho de suas operações e fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Reemissão das demonstrações contábeis

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 2.2 às demonstrações contábeis, que descreve que as demonstrações contábeis referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2025 estão sendo reemitidas para ajuste de determinadas divulgações relacionadas a eventos subsequentes anteriormente divulgados. Conforme mencionado na referida nota, tais ajustes não impactam os saldos patrimoniais, o resultado do período ou os fluxos de caixa. Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto.

Eventos subsequentes – Pagamentos a ressarcir

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 25 às demonstrações contábeis, que descreve os eventos subsequentes relacionados ao saldo registrado na conta “Pagamentos a Ressarcir”, no montante de R\$ 10 milhões, decorrente de sinistro em análise junto à seguradora e demais partes envolvidas. Conforme mencionado na referida nota, até a data de aprovação destas demonstrações contábeis não houve definição quanto ao recebimento dos valores pleiteados, tampouco negativa definitiva por parte da seguradora, sendo alinhado junto ao Banco Central o Brasil a baixa integral do valor caso persistam as condições atuais. Adicionalmente, a Administração avaliou os possíveis impactos sobre os indicadores prudenciais e informou que adotará as medidas cabíveis, se necessário. Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e semestre findo em 30 de junho de 2024

As demonstrações contábeis da Instituição correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e semestre findo em 30 de junho de 2024 foram examinadas por outros auditores independentes que emitiram, respectivamente, em 25 de março de 2025 e 23 de agosto de 2024, relatórios de auditoria sem modificação de opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas Financeiras utilizadas e a razoabilidade das estimativas Financeiras e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de março de 2026.

CLA - Clifton Larson Allen Brasil Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-048.811/O-0



Thiago Benazzi Arteiro
Contador CRC 1SP-273.332/O-9

Banco Finaxis S.A.

Balanço patrimonial em 30 de junho de 2025 e 31 de Dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO

	Nota	2025	2024
Ativo circulante		31.664	38.415
Disponibilidades	4	6	6
Títulos e valores mobiliários		-	20.608
Carteira própria	5	-	20.608
Relações interfinanceiras		12.178	12.359
Pagamentos e recebimentos a liquidar	6	342	-
Créditos vinculados	6	11.836	12.359
Outros créditos		18.741	5.038
Rendas a receber	7	8.297	8.080
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7	(5.140)	(4.678)
Crédito tributário	8	396	1.114
Diversos	8	15.188	522
Outros valores e bens		739	404
Despesas antecipadas		739	404
Ativo realizável a longo prazo		3.051	2.643
Outros créditos		3.051	2.643
Crédito tributário	8	1.858	1.001
Depositos judiciais	8	1.193	1.642
Permanente		8.754	12.051
Investimentos	9	4.729	10.901
Participações em coligadas e controladas		4.729	10.901
Imobilizado de uso	10	87	135
Outras imobilizações de uso		3.358	3.358
(Depreciações acumuladas)		(3.271)	(3.223)
Direito de uso	11	3.078	-
Arrendamento		3.350	-
(-) Depreciação direito de uso		(272)	-
Intangível	12	860	1.015
Ativos intangíveis		3.554	3.554
(Amortizações acumuladas)		(2.694)	(2.539)
Total do ativo		43.469	53.109

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Banco Finaxis S.A.

Balanço patrimonial em 30 de junho de 2025 e 31 de Dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota	2025	2024
Passivo circulante		24.033	27.444
Depósitos	13	16.535	23.148
Depositos à vista		16.535	23.148
Obrigações p/ Empréstimos e Repasses	11	3.097	-
Arrendamento		3.097	
Outras obrigações		4.401	4.296
Sociais e Estatutárias		-	390
Fiscais e previdenciárias	14	777	775
Diversas	15	3.624	3.131
Exigível a longo prazo		1.610	2.115
Outras obrigações		1.610	2.115
Passivos contingentes	15	1.610	2.115
Patrimônio líquido	16	17.826	23.550
Capital social		17.956	17.956
Reservas de lucros		2.371	5.499
Ajustes a valor de mercado – TVM		-	95
Lucros/(Prejuízos) acumulados		(2.501)	-
Total do passivo e patrimônio líquido		43.469	53.109

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Banco Finaxis S.A.

Demonstração do resultado para os semestres findos em 30 de junho de 2025 e de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

	Nota	Banco	
		2025	2024
Receitas da intermediação financeira		1.196	1.683
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez		832	692
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		364	991
Despesas da intermediação financeira		(61)	(13)
Operações de captação no mercado		(16)	(13)
Despesa financeira de arrendamento		(45)	-
Resultado bruto da intermediação financeira		1.135	1.670
Outras receitas/ (despesas) operacionais		(3.810)	902
Receitas de prestação de serviços	18	20.947	23.146
Despesas de pessoal	19	(11.465)	(11.118)
Outras despesas administrativas	20	(9.340)	(10.005)
Despesas de provisões PCLD		(5)	(46)
Despesas de provisões contingências		(72)	(1.038)
Despesas tributárias		(2.162)	(2.394)
Resultado de participações em coligadas e controladas		(2.214)	1.128
Outras receitas operacionais		534	1.244
Outras despesas operacionais		(33)	(15)
Resultado operacional		(2.675)	2.572
Resultado não operacional		4	14
Resultado antes da tributação sobre o resultado		(2.671)	2.586
Imposto de renda e contribuição social	21	170	(619)
Imposto de renda e contribuição social – correntes		-	(91)
Imposto de renda e contribuição social – diferidos		170	(528)
Participações no Lucro		-	(261)
Lucro líquido/(Prejuízo) do semestre		(2.501)	1.706
Nº de ações		17.955.577	17.955.577
Lucro/(Prejuízo) líquido por ação (em R\$)		(0,14)	0,10

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Banco Finaxis S.A.

Demonstração do resultado abrangente para os semestres findos em 30 de junho de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Lucro/(Prejuízo) do Exercício	(2.501)	1.706
Parcela do sócio controlador	(2.482)	1.693
Parcela dos não controladores	(19)	13
Instrumentos financeiros	-	90
(+/-) Ajustes de instrumentos financeiros	-	60
Tributos sobre ajustes de instrumentos financeiros	-	30
Total resultado abrangente	(2.501)	1.796
Parcela do sócio controlador	(2.482)	1.782
Parcela dos não controladores	(19)	14

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Banco Finaxis S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido em 30 de junho de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Ajustes a valor de mercado – TVM	Reserva de Lucros		Lucros/(Prejuízos) acumulados	Total
			Reserva Legal	Reservas Estatutária		
Saldos em 31 de dezembro de 2023	17.956	96	1.183	4.372	-	23.607
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	1.706	1.706
Dividendos	-	-	-	(1.225)	-	(1.225)
Ajustes a valor de mercado – TVM	-	(6)	-	-	-	(6)
Saldos em 30 de junho de 2024	17.956	90	1.183	3.147	1.706	24.082
Saldos em 31 de dezembro de 2024	17.956	95	1.261	4.238	-	23.550
Prejuízo do semestre	-	-	-	-	(2.501)	(2.501)
Dividendos	-	-	-	(3.128)	-	(3.128)
Ajustes a valor de mercado – TVM	-	(95)	-	-	-	(95)
Saldos em 30 de junho de 2025	17.956	-	1.261	1.110	(2.501)	17.826

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Banco Finaxis S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa método indireto para os semestres findos em 30 de junho de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Atividades operacionais		
Lucro/(Prejuízo) do semestre	(2.501)	1.706
Ajustes ao lucro líquido	3.003	163
Depreciações e amortizações	203	221
Equivalência patrimonial	2.214	(1.128)
Constituição de crédito tributário	(170)	530
Provisão para devedores duvidosos	462	(492)
Provisão para passivos contingentes	72	1.038
Instrumentos financeiros classificados como VJORA	(95)	(6)
Depreciações direiro de uso - Arrendamento	272	
Despesa financeira de arrendamento	45	
Variações em ativos e passivos	2.063	(1.957)
(Aumento) redução em títulos e valores mobiliários	20.608	(988)
(Aumento) redução em relações interfinanceiras	181	(8.379)
(Aumento) em outros créditos	(14.404)	2.326
(Aumento) em outros valores e bens	(335)	(194)
Aumento (redução) em depósitos	(6.613)	7.447
Aumento (redução) em outras obrigações	(471)	(2.169)
Aumento/(Redução) passivo de arrendamento	3.097	-
Caixa líquido aplicado (consumido) nas atividades operacionais	2.565	(88)
Atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado de uso	(3.350)	-
Caixa líquido aplicado em atividades de investimento	(3.350)	-
Atividades de Financiamento	785	88
Pagamento de dividendos	(3.128)	(1.225)
Recebimento de dividendos	3.958	1.313
Pagamento passivo de arrendamento	(45)	
Aumento (redução) líquido de caixas e equivalentes de caixa	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	6	6
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	6	6
Aumento (redução) líquida de caixas e equivalentes de caixa	-	-
	-	-

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os semestres findos em 30 de junho de 2025 e 2024 e exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

O Banco Finaxis S.A. (“Banco”), é uma sociedade anônima de capital fechado e organizado sob a forma de banco comercial, situado a Rua Pasteur, 463 11º andar, Água Verde, Curitiba – PR. O Banco é controlado pela Holding Finaxis S.A. (99,25%) e em conjunto com sua subsidiária Finaxis Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“CTVM”) que tem por objeto social entre outras atividades: comprar e vender títulos e valores mobiliários, por conta própria ou de terceiros, instituir, organizar e administrar fundos mútuos e clubes de investimentos e exercer outras atividades expressamente autorizadas pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e/ ou pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), formam juntos o conglomerado Financeiro FINAXIS. O Banco Finaxis opera como banco comercial e atua no mercado financeiro principalmente com a prestação de serviços de administração, custódia, controladoria, contabilidade e estruturação de fundos e negociações de operações de créditos.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis individuais foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando-se as diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil (BACEN), Conselho Monetário Nacional (CMN), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pelo BACEN.

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

As demonstrações contábeis passaram a serem elaboradas segundo os critérios instituídos pela Resolução BCB Nº 4.818 de 25 de maio de 2020 e a Resolução BCB Nº 2 de 12 de agosto de 2020, que tratam dos conceitos gerais para elaboração e divulgação das demonstrações contábeis individuais e consolidados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém a maioria não foi homologada pelo BACEN. Desta forma, o Banco, na elaboração das demonstrações contábeis, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN:

- a) CPC 00 (R2) pronunciamento conceitual básico “Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil – financeiro”, homologado pela Resolução CMN nº 4.924/2021;
- b) CPC 01 “Redução ao valor recuperável de ativos”, homologado pela Resolução CMN nº 3.566/2008”;
- c) CPC 02 “Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis”, regulamentada pela Resolução CMN nº 4.524/2016;
- d) CPC 03 “Demonstrações do fluxo de caixa”, homologado pela Resolução CMN nº 4.720 /2019;
- e) CPC 04 “Ativo Intangível”, homologado pela Resolução CMN nº 4.534/2016;
- f) CPC 05 “Divulgação de partes relacionadas”, homologado pela Resolução CMN nº 4.636/2018;
- g) CPC 06 (R2) “Arrendamentos”, homologado pela Resolução CMN nº 4.695/2018;
- h) CPC 10 “Pagamento baseado em ações”, homologado pela Resolução CMN nº 3.989/2011;
- i) CPC 23 “Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro”, homologado pela Resolução CMN nº 4.007/2011;
- j) CPC 24 “Contabilização e divulgação de eventos subsequentes”, homologação pela Resolução CMN nº 3.973/2011;
- k) CPC 25 “Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes”, homologado pela Resolução CMN nº 3.823/2009;
- l) CPC 27 “Ativo imobilizado, homologado pelo BACEN, através da Resolução CMN nº 4.535/2016;
- m) CPC 33 (R1) “Benefícios a Empregados”, homologado pela Resolução CMN nº 4.877/2020.
- n) CPC 41 “Resultado por Ação”, homologado pela Resolução CMN nº 3.959/2019.
- o) CPC 46 “Mensuração ao valor justo”, homologado pela Resolução CMN nº 4748/2019.

Resolução CMN nº 4.966 de 25/11/2021

Em 01 de Janeiro de 2025, entrou em vigor a Resolução CMN nº 4.966 de 25/11/2021, estabelecendo critérios contábeis específicos para instrumentos financeiros, incluindo o reconhecimento, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros.

Dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das operações de hedge.

O Banco Finaxis S.A. realizou estudo técnico no qual foram avaliadas, de forma integral, a Resolução CMN nº 4.966 e as políticas e procedimentos atualmente em vigor. A análise não identificou divergências entre as práticas atuais e as diretrizes estabelecidas pela nova norma em comparação com as anteriormente adotadas.

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Atualmente, não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC, e tampouco se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

2.2. Reemissão das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2025 estão sendo reemitidas para ajuste de determinadas divulgações relacionadas a eventos subsequentes anteriormente divulgados.

Em relação à investida Finaxis Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("CTVM"), não ocorreu alteração societária.

Adicionalmente, reforça-se que, em 1º de julho de 2025, o Banco Finaxis S.A. realizou captação de R\$ 20 milhões por meio de emissão de Letra Financeira Subordinada Complementar (LFSC), em conformidade com a Resolução BCB nº 122/2021, estando devidamente refletida nas demonstrações contábeis a partir desta data. A reemissão não impacta os saldos patrimoniais, o resultado do período ou os fluxos de caixa.

A Administração autorizou a emissão dessas demonstrações contábeis em 30 de março de 2026.

3. Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pelo Banco na elaboração das demonstrações contábeis são:

a) Caixa e equivalentes de caixa

Para fins de elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa, o caixa e equivalentes de caixa, de acordo com a Resolução CMN nº 4818/2020, do Conselho Monetário Nacional, são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com prazo original de até 90 dias, que possuem conversibilidade imediata em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor de mercado. Dentre os recursos disponíveis com essas características, são classificados como equivalentes de caixa somente aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

b) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

c) Instrumentos Financeiros

Ativos Financeiros

Instrumento Financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade. A classificação e mensuração dos instrumentos financeiros do Banco Finaxis são efetuadas de acordo com a Resolução CMN nº 4.966 e são classificados os ativos financeiros com base no modelo de negócios da instituição para gestão de ativos financeiros e nas características contratuais dos fluxos de caixas desses ativos nas seguintes categorias:

I - Categoria: Custo Amortizado

Os ativos financeiros que atendam cumulativamente às seguintes condições:

- a) O ativo é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros com o fim de receber os respectivos fluxos de caixa contratuais; e
- b) Os fluxos de caixa futuros contratualmente previstos constituem-se somente em pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal, em datas especificadas.

II - Categoria: Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes

Os ativos financeiros que atendam cumulativamente às seguintes condições:

- a) O ativo financeiro é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro, com transferência substancial de riscos e benefícios; e
- b) Os fluxos de caixa futuros contratualmente previstos constituem-se somente em pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal, em datas especificadas.

III - Categoria: Valor Justo no Resultado

Demais ativos financeiros.

No Banco Finaxis, todos os ativos financeiros são classificados a custo amortizado.

Passivos Financeiros

Os passivos financeiros devem ser classificados na categoria custo amortizado, exceto:

- I - derivativos que sejam passivos, os quais devem ser classificados na categoria valor justo no resultado;
- II - passivos financeiros gerados em operações que envolvam empréstimo ou aluguel de ativos financeiros, os quais devem ser classificados na categoria valor justo no resultado;
- III - passivos financeiros gerados pela transferência de ativo financeiro;
- IV - compromissos de crédito e créditos a liberar;
- V - garantias financeiras prestadas;

No Banco Finaxis, todos os passivos financeiros são classificados a custo amortizado.

Receitas e Despesas

As receitas e os encargos de instrumentos financeiros devem ser reconhecidos no resultado, no mínimo, por ocasião dos balancetes e balanços, pro rata temporis, utilizando-se o método de juros efetivos.

É vedado o reconhecimento, no resultado do período, de receita de qualquer natureza ainda não recebida relativa a ativo financeiro com problema de recuperação de crédito.

Baixas e Transferências

O Banco Finaxis realiza a baixa de um ativo financeiro quando:

- I - os direitos contratuais ao fluxo de caixa do ativo financeiro expirarem; ou
- II - o ativo financeiro for transferido e a transferência se qualificar para a baixa nos termos da Resolução CMN nº 4.966.

d) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, sendo que os investimentos em controladas estão ajustados por avaliação pelo método da equivalência patrimonial.

e) Imobilizado de uso

Demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota Explicativa nº 10 que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

f) Benfeitorias em imóveis de terceiros

Os bens registrados nessa rubrica referem-se às benfeitorias em imóveis de terceiros que não podem ser registrados na rubrica Diferido – Benfeitorias em imóveis de terceiros a partir do exercício de 2015, conforme Resolução 4.535/2016 em virtude de legislação, foram depreciados pelo prazo de 5 anos, em virtude da expectativa de utilização do benefício da reforma no imóvel alugado.

g) Intangível

O ativo intangível é composto por ativos não monetários identificáveis sem substância física, de acordo com a Resolução nº 4.534/2016 do BACEN. Os valores registrados como ativo intangível são relativos a softwares, sendo que o Banco irá obter benefícios desses softwares em até cinco anos.

h) Créditos tributários, impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social são constituídos sobre diferenças temporariamente indedutíveis, prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social, às alíquotas de 25% e 20%, respectivamente. A realização desses créditos tributários ocorrerá quando da realização das provisões constituídas e pela geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% do lucro real do período-base. Estes créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

i) Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos contingentes e obrigações legais estão sendo efetuados para o semestre findo em 30 de junho de 2025, baseadas nos critérios definidos na BCB nº 319/2022 e na Resolução CMN nº 3.823/09 que aprova o Pronunciamento Técnico CPC-25.

- Ativos contingentes – não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- Provisões para riscos – são reconhecidas nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação;
- Obrigações legais – fiscais e previdenciárias – referem-se às demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações contábeis e atualizados de acordo com a legislação fiscal;
- Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do BACEN.

j) Operações de arrendamento mercantil

De acordo com o CPC 06 (R2) (IFRS 16), o Banco Finaxis possui contrato de aluguel de imóveis o qual pode ser cancelado por sua vontade e inclui o direito de opção de renovação e cláusulas de reajuste, enquadrados no conceito de arrendamento mercantil operacional. Os contratos de aluguel serão reajustados anualmente, conforme legislação em vigor, sendo que o maior percentual é de acordo com a variação do Índice Geral de Preços do Mercado.

k) Provisão para imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda foi constituída à razão de 15% sobre o lucro real, acrescido de adicional de 10% sobre a parte desse lucro que excedeu a R\$ 240 no ano. A contribuição social é calculada sobre o lucro líquido antes do imposto de renda, à alíquota de 15% em 2024 e 20% a partir de janeiro de 2024.

l) Apuração do resultado

As receitas e despesas das operações ativas e passivas são apropriadas pelo regime de competência. Os valores sujeitos à variação monetária são atualizados “pro rata dia”.

m) Resultado por ação

O lucro líquido por ação é calculado em reais com base na quantidade de ações em circulação, na data dos balanços.

n) Provisão para créditos de liquidação duvidosa – PCLD

O Conglomerado Financeiro Finaxis elaborou uma política própria de PCLD para tratar da constituição de provisão sobre atrasos nos recebimentos de rendas a receber e despesas a reembolsar por parte dos fundos de investimento administrados. Essa provisão será constituída conforme quadro abaixo:

Atraso	Provisão
90 a 180 dias	10%
181 a 270 dias	40%
271 a 360 dias	60%
Acima de 360 dias	100%

Ficou estabelecido também que após 90 dias de atraso, as receitas deixam de ser alocadas no resultado e passem a serem lançadas em uma conta redutora do Ativo.

O instrumento financeiro se caracteriza como ativo financeiro com problema de recuperação de crédito (ativo problemático) quando ocorrer:

I - atraso superior a 90 (noventa) dias no pagamento de principal ou de encargos; ou

II - indicativo de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais.

4. Disponibilidades

Foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	06/2025	12/2024
Disponibilidades	6	6
Total	6	6

5. Títulos e valores mobiliários

Títulos disponíveis para venda	06/2025				12/2024	
	Sem vencimento em até 01 ano	Após 01 ano	Valor de mercado	Ajustes de MTM	Valor de mercado	Ajustes de MTM
Carteira própria						
Letras financeiras do tesouro (a)	-	-	-	-	20.608	(64)
Total	-	-	-	-	20.608	(64)

(a) O valor de mercado dos títulos públicos federais é obtido por meio da utilização de preços divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA).

6. Relações interfinanceiras

Em 30 de junho de 2025, o Banco Finaxis mantém junto ao Banco Central o montante de R\$ 500 (R\$ 446 em 2024) referente ao recolhimento compulsório de microcrédito e R\$ 11.336 (R\$ 11.913 em 2024) referente a depósitos voluntários e R\$ 342 (R\$ 0 em 2024) de outros sistemas de liquidação referentes aos valores de recebimento de compensação.

7. Outros créditos – rendas a receber

	06/2025	12/2024
Dividendos a Receber	-	172
Administração de fundos	434	411
Custódia de valores	5.010	4.759
Controladoria e contabilidade de fundos de investimentos	1.857	1.778
Outras	996	960
PCLD	(5.140)	(4.678)
Total	3.157	3.402

	06/2025	12/2024
Atraso de 90 a 179 dias	686	683
Atraso de 180 a 269	341	363
Atraso de 270 a 359 dias	340	363
Atraso acima de 360 dias	3.773	3.269
Total	5.140	4.678

Movimentação

	06/2025	12/2024
(=) Saldo inicial em 31/12/2024	4.678	4.567
(+) Provisões constituídas	-	82
(-) Provisões revertidas	-	(115)
(+) Estagnações constituídas	688	144
(-) Estagnações revertidas	(226)	-
(=) Saldo final	5.140	4.678

8. Outros créditos – diversos e depósitos judiciais

	06/2025	12/2024
Outros créditos diversos – Circulante		
Adiantamentos e antecipações salariais	218	60
Créditos tributários (Nota nº 21c)	396	1.114
Impostos e contribuições a compensar	517	450
Pagamentos a ressarcir (b)	14.453	10
Devedores Diversos	-	2
Total	15.584	1.636
Outros créditos diversos - Longo prazo		
Créditos tributários (Nota nº 21c)	1.858	1.001
Depósitos judiciais	1.193	1.642
Total	3.051	2.643

(a) Refere-se basicamente aos valores de despesas de cartório, taxas e impostos de fundos ativos que o Banco e a Corretora pagaram e depois solicitaram reembolsos, valores reembolsados aos fundos e que o banco irá buscar a restituição e valores antecipados para a abertura de fundos, deixando disponível em seu portfólio para futuras comercializações.

9. Investimentos

Conforme Nota Explicativa nº 1, em 30 de setembro de 2011, a Corretora tornou-se subsidiária do Banco e o saldo de investimento, composto pela participação na Corretora, é conforme quadro a seguir:

	06/2025	06/2024
Informações sobre a controlada:		
Número de ações de capital	5.930	5.930
Patrimônio líquido	4.729	11.513
Capital social	5.930	5.930
Reservas de lucros	1.013	4.455
Resultado do período	(2.214)	1.128
Informações sobre o investimento na controlada:		
Número de ações possuídas	5.930	5.930
Percentual de participação (%)	100	100
Movimentação dos investimentos no período:		
Saldo inicial	10.901	11.699
Resultado de equivalência patrimonial	(2.214)	1.128
Recebimento de dividendos	(3.958)	(1.313)
Saldo final	4.729	11.514

Abaixo, apresentamos um sumário das demonstrações contábeis da controlada:

Controlada	06/2025		
	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido
Finaxis CTVM	9.479	4.750	4.729
Controlada	06/2024		
	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido
Finaxis CTVM	16.384	4.871	11.513

10. Imobilizado

	06/2025			12/2024	
	Taxa de depreciação	Custo	Depreciação	Valor residual	Valor residual
Móveis e equipamentos	10%	493	(463)	30	35
Equipamentos de processamento de dados	20%	1.945	(1.890)	55	96
Equipamentos de comunicação	20%	89	(88)	1	2
Equipamentos de segurança	10%	25	(24)	1	2
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	20%	806	(806)	-	-
Total		3.358	(3.271)	87	135

Movimentação

	06/2025	12/2024
(=) Saldo inicial em 31/12/2024	135	260
(+) Aquisições	-	-
(-) Baixas	-	(125)
(-) Depreciações	(48)	-
(=) Saldo final	87	135

11. Arrendamento

Como arrendatária, o grupo Finaxis arrenda equipamentos para uso de suas operações. De acordo com o CPC 06 (R2), o Finaxis reconhece ativos de direito de uso e passivos de arrendamento com base no valor presente dos pagamentos remanescentes dos contratos, descontado pela taxa de juros nominal correspondente às cotações de mercado, de acordo com o prazo de contrato.

A seguir apresentamos os saldos dos arrendamentos operacionais:

Ativos de direito de uso

(=) Saldo inicial em 31 de dezembro de 2024	-
Adição de Direito de uso	3.350
(-) Depreciações	(272)
Total	3.078

Passivos de arrendamento

(=) Saldo inicial em 31 de dezembro de 2024	-
Adição de Direito de uso	3.350
(-) Pagamentos	(298)
(+) Despesa financeira de arrendamento	45
Total	3.097

O vencimento deste passivo financeiro em 30 de junho de 2025 está dividido da seguinte forma: R\$ 783 até 1 ano (R\$ 0 até 1 ano em 31 de dezembro de 2024), R\$ 2.314 entre 1 a 5 anos (R\$ 0 entre 1 a 5 anos em 31 de dezembro de 2024).

12. Intangível

	06/2025				12/2024
	Taxa de amortização	Custo	Amortização	Valor residual	Valor residual
Software	20%	3.554	(2.694)	860	1.015
Total		3.554	(2.694)	860	1.015

Movimentação

	06/2025	12/2024
(=) Saldo inicial em 31/12/2024	1.015	1.328
(+) Aquisições	-	-
(-) Baixas	-	-
(-) Amortizações	(155)	(313)
(=) Saldo final	860	1.015

13. Depósitos à vista

	06/2025	12/2024
Pessoas físicas (a)	1	1
Pessoas jurídicas – Ligadas (a)	7.098	8.389
Pessoas jurídicas – Não ligadas (a)	3.094	6.698
Pessoas jurídicas – Depósitos vinculados (a)	6.342	8.060
Total	16.535	23.148

(a) Passivos Financeiros mensurados a custo amortizado.

14. Outras obrigações – fiscais e previdenciárias

	06/2025	12/2024
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	54	42
Impostos e contribuições sobre salários	243	288
PIS e Cofins	172	178
ISS a Recolher	178	177
Impostos retidos a recolher (a)	101	68
Imposto de renda sobre aplicações financeiras (Fundo imobiliário)	29	22
Total	777	775

(a) Representado por valores a recolher relativos à retenção de clientes que são recolhidos no CNPJ do Banco no papel de administrador.

15. Outras obrigações – diversas e passivos contingentes

	Banco	
	06/2025	12/2024
Outras obrigações diversas - Circulante		
Despesas de pessoal a pagar	1.184	954
Outras despesas administrativas (b) (c)	402	300
Credores diversos - País (a) (c)	2.038	1.877
Total	3.624	3.131
Outras obrigações diversas - Longo prazo		
Passivos contingentes (b)	1.610	2.115
Total	1.610	2.115

- (a) Representado substancialmente pelo ressarcimento de despesas de infraestrutura para a Holding Finaxis S.A.;
- (b) Em 30 de junho de 2025, as contingências passivas no Banco classificadas como perdas prováveis são no valor total de R\$ 1.610, representadas por processos:
- i) trabalhistas que somam R\$ 1.504 (ações relativas a questões trabalhistas da categoria profissional, que discutem horas extras, equiparação salarial, entre outros); e
 - ii) administrativos que somam R\$ 106 (processos que aguardam julgamento e não afetam representativamente o resultado e as operações da Instituição).
- (c) *Passivos Financeiros mensurados a custo amortizado.*

A seguir, composição das provisões para contingências por natureza:

	06/2025	12/2024
Ações trabalhistas	1.504	1.922
Ações cíveis	106	193
Total	1.610	2.115

Movimentação

	06/2025	12/2024
(=) Saldo inicial	2.115	3.291
(+) Constituições	72	2.401
(-) Baixas	(539)	(3.577)
(-) Reversão	(38)	-
(=) Saldo final	1.610	2.115

Perdas possíveis

Em 30 de junho de 2025, as contingências passivas no Banco classificadas como perdas possíveis são no valor total de R\$ 187 (R\$ 464 em 2024), representadas por processos: **a)** cíveis R\$ 78 (R\$ 78 em 2024) (ação de reparação de danos); **b)** trabalhistas que somam R\$ 0 (R\$ 386 em 2024), (ações relativas a questões trabalhistas da categoria profissional, que discutem horas extras, equiparação salarial, entre outros); e **c)** administrativo que neste momento não afeta representativamente o resultado e as operações da Instituição R\$ 0 (125 em 2024).

16. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social está representado em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024 por 17.955.577 ações ordinárias, sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas por acionistas domiciliados no país.

b) Reserva de lucros

b.1) Reserva legal

O estatuto social determina que 5% do lucro líquido do exercício serão aplicados na constituição da reserva legal, antes de qualquer outra destinação, conforme trata o Artigo 193. da Lei nº 6.404/76 das sociedades por ações, até o limite de 20% do capital social integralizado. Em 30 de junho de 2025 o Banco possuía registrado o montante de R\$ 1.261 (R\$ 1.183 em 2024) em reserva legal.

b.2) Reserva de contingência

O estatuto social do Banco prevê que a diretoria poderá destinar parte do lucro líquido à formação de reserva para contingência. Em junho de 2025 e 2024 não houve destinação do lucro para reserva de contingência.

b.3) Reserva estatutária

Conforme Art. 25 do estatuto social do Banco é determinado que o saldo do lucro líquido do exercício, após as distribuições de reserva legal, reserva de contingência e pagamento de dividendos, será transferido para conta de reserva de lucros - reserva estatutária, ficando à disposição da assembleia geral. Por proposta da diretoria, a assembleia geral poderá manter naquela conta, até o limite de 95% do valor do capital social integralizado, visando a manutenção de margem operacional compatível o desenvolvimento das operações ativas do Banco. Em 30 de junho de 2025 o Banco possuía registrado o montante de R\$ 1.110 (R\$ 3.147 em 2024) em reservas estatutárias.

c) Dividendos

O estatuto social determina que seja assegurado aos acionistas o pagamento do dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, ajustado nos termos do Artigo 202. Da Lei nº 6.404/76 das Sociedades por ações. No semestre findo em 30 de junho de 2025 foram pagos dividendos de R\$ 3.128 e (R\$ 1.225 em 2024), conforme aprovado em AGO de abril de 2025.

17. Partes relacionadas

a) Partes relacionadas

As partes relacionadas são elencadas conforme relação a seguir:

- Petra Capital Gestão de Investimentos Ltda.;
- Finaxis Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (no individual) – Controlada;
- Petra Asset Gestão de Investimento Ltda.; e
- Holding Finaxis S.A. – Controladora.

b) Principais saldos e resultados de transações com partes relacionadas:

b.1) Remuneração da Administração

No período findo de 30 de junho de 2025, foram registrados benefícios de curto prazo a título de remuneração no montante de R\$ 178 (R\$ 188 em 2024) referente à despesas de rateio da Holding.

b.2) Demais transações

Com base nos critérios estabelecidos na Resolução nº 4.818/2020 do CMN, as transações com partes relacionadas foram efetuadas em condições negociadas entre as partes, no tocante a encargos e prazos, e são compostas por:

	06/2025		06/2024	
	Ativo (passivo)	Receita (despesa)	Ativo (passivo)	Receita (despesa)
Finaxis CTVM S.A.	(3.183)	-	(8.741)	-
Holding Finaxis S.A. disponibilidade	(3.914)	-	(652)	-
Holding Finaxis S.A. (*)	(1.563)	(8.084)	(1.633)	(9.092)
Total	(8.660)	(8.084)	(11.026)	(9.092)

(*) Representado pelo ressarcimento de custos e despesas por uso compartilhado de infraestrutura administrativa para a Holding Finaxis S.A.

18. Receita de prestação de serviços

	06/2025	06/2024
Administração de fundos	2.275	2.210
Custódia de valores	8.407	10.035
Controladoria e contabilidade dos fundos de investimentos	4.713	5.377
Tarifas bancárias	1.609	1.992
Escrituração	2.537	2.023
Outras	1.406	1.509
Total	20.947	23.146

19. Despesas de pessoal

	06/2025	06/2024
Remuneração	6.853	6.624
Encargos	2.277	2.270
Benefícios	2.315	2.123
Treinamentos	20	101
Total	11.465	11.118

20. Outras despesas administrativas

	06/2025	06/2024
Despesas de água, energia e gás	22	27
Despesas de aluguéis	242	399
Despesas de comunicação	3	4
Patrocínio	15	14
Despesas de manutenção e conservação de bens	8	21
Despesas de material	14	18
Despesas de processamento de dados (a)	6.279	6.390
Despesas de promoções e relações públicas	7	34
Despesas de propaganda e publicidade	-	4
Despesas de seguros	162	149
Despesas de serviços do sistema financeiro	107	113
Despesas de serviços de terceiros	122	47
Despesas de serviços técnicos especializados (b)	1.592	2.290
Despesas de transportes	6	6
Despesas de viagens	33	24
Contribuições à associações	-	41
Despesas com rateio infra	40	10
Despesas de depreciação e amortização	475	221
Outras despesas administrativas	213	193
Total	9.340	10.005

- (a) Refere-se, substancialmente, às mensalidades dos módulos, aplicativos e contingência de Infraestrutura (Matera, IBM, Maps, Serasa, Unisistemas, Csilatina entre outras) utilizados no Banco;
- (b) As despesas de serviços técnicos especializados no Banco referem-se à consultoria R\$ 440 (R\$ 1.951 em 2024), e a utilização de serviços jurídicos, assessoria em recursos humanos, auditoria e outros serviços de assessoria técnica especializada no montante de R\$ 1.152 (R\$ 339 em 2024).

21. Imposto de renda e contribuição social

a) Conciliação do imposto de renda e contribuição social no resultado

As demonstrações do imposto de renda e da contribuição social correntes incidentes sobre as operações são assim apresentadas:

Imposto de renda	06/2025	06/2024
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social e após as participações	(2.671)	2.586
Total Adições (exclusões):	1.789	(2.262)
Patrocínio	15	14
Despesa com brindes	3	33
Contingência	72	1.038
Salário maternidade	73	45
Ressarcimento de infra cto rateio	40	10
Provisão para rendas a receber/despesas a reembolsar	5	46
Depreciação máquina e equip - arrendamento	272	
Despesa financeira de arrendamento	45	
Rendas equivalência patrimonial	2.214	(1.128)
Reversão sobre rendas a receber / despesas a reembolsar	-	(185)
Parte B	(614)	(2.111)
Reversão de passivo contingente	-	(15)
Ressarcimento de contingência	(38)	-
Pagamentos de arrendamento	(298)	-
PAT em dobro	-	(9)
Lucro fiscal acumulado do semestre atual	(882)	324
Prejuízo fiscal compensado até a competência	(2.483)	2.560
Saldo de prejuízo fiscal acumulado atual	(882)	97
Saldo de prejuízo fiscal acumulado até 30/06	(3.365)	2.463
Base de cálculo após as compensações de prejuízo fiscal	-	227
Imposto de renda total	-	45
Imposto de renda 15%	-	34
Adicional de imposto de renda 10%	-	11
Imposto de renda diferido	95	293
Total imposto de renda	95	338

Contribuição social

	06/2025	06/2024
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social e após as participações	(2.671)	2.586
Adições (exclusões):	1.789	(2.253)
Patrocínio	15	14
Despesa com brindes	3	33
Contingência	72	1.038
Salário maternidade	73	45
Ressarcimento de infra cto rateio	40	10
Reversão sobre rendas a receber / despesas a reembolsar	5	46
Depreciação máquina e equip - arrendamento	272	-
Despesa financeira de arrendamento	45	-
Rendas de ajuste enviados em coligadas/controladas	2.214	(1.128)
Reversão sobre rendas a receber / despesas a reembolsar	-	(185)
Parte B	(614)	(2.111)
Reversão de passivo contingente	-	(15)
Ressarcimento de contingência	(38)	-
Pagamentos de arrendamento	(298)	-
Base de cálculo antes das compensações de prejuízo fiscal	(882)	333
Prejuízo fiscal compensado até a competência	(2.480)	2.560
Saldo de prejuízo fiscal acumulado atual	(882)	100
Saldo de prejuízo fiscal acumulado até 30/06	(3.362)	2.460
Base de cálculo após as compensações de prejuízo fiscal	-	233
Contribuição social 20%	-	46
Contribuição social diferido	75	235
Total contribuição social	75	281

b) Composição do imposto de renda e contribuição social no resultado

No primeiro semestre de 2025, o Banco apresentou prejuízo fiscal acumulado no montante de R\$ (882) (lucro fiscal acumulado de R\$100 em 2024).

A demonstração do imposto de renda e da contribuição social corrente incidente sobre as operações de 30 de junho de 2025 e 2024 são assim apresentadas:

	Banco	
	06/2025	06/2024
Impostos correntes		
Imposto de renda e contribuição social	-	(91)
Impostos diferidos		
Imposto de renda e contribuição social	(170)	(528)
Total	(170)	(619)

c) Expectativa de realização dos créditos tributários

A Administração do Banco Finaxis S.A., realizou estudo de créditos tributários e concluiu que os créditos tributários serão realizados nos seguintes conforme abaixo:

Banco

Créditos tributários	Saldo anterior	Adições	Baixas/realizações	Saldo atual
Imposto diferidos s/ MTM de TVM	32	-	(32)	-
Prejuízo Fiscal	1.117	427	(30)	1.514
Provisão para contingência sobre adições e exclusões temporárias	967	33	(260)	740
Total	2.116	460	(322)	2.254

Apresentamos abaixo a expectativa anual de realização dos créditos tributários:

Banco

Ano de realização	Valor
2025	396
2026	1.354
2027	504
Total	2.254

22. Instrumentos financeiros derivativos

Durante o 1º semestre de 2025 e de 2024, o Banco não realizou operações com instrumentos financeiros derivativos.

23. Gerenciamento de Riscos e Capital

O Finaxis acredita que o gerenciamento de riscos e o gerenciamento de capital são fundamentais para a instituição crescer de forma sustentável e rentável.

Para garantir a adequação e eficácia, a Diretoria de Riscos e Conformidade, que atua de forma independente, é responsável por coordenar as atividades que tangem estas estruturas.

O gerenciamento e o monitoramento dos riscos do Finaxis são realizados por meio de políticas, estratégias, sistemas e controles, alinhados às diretrizes e ao apetite de riscos definidos pela Alta Administração.

As descrições completas sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e a estrutura de gerenciamento de capital estão disponíveis no Relatório de Pilar 3, localizado nos sítios:

Do Banco Finaxis S.A.: <https://finaxis.com.br/quem-somos/gestao-de-riscos/>;

Abaixo segue descrição sucinta do gerenciamento de riscos e capital do Finaxis.

a) Gerenciamento de Riscos

A estrutura de gerenciamento de riscos identifica, mensura, avalia, monitora, reporta, controla e mitiga os riscos a que a instituição esteja sujeita de maneira relevante.

Risco de liquidez

Risco de liquidez consiste em:

A possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e

A possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Nos critérios e procedimentos aprovados pela Alta Administração, são determinadas as diretrizes de reserva mínima de liquidez, plano de contingência de liquidez para curto e longo prazo e tipos de ativos elegíveis para composição dos recursos disponíveis.

Risco de mercado

Risco de mercado consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição.

Atualmente o Finaxis atua no mercado financeiro com estratégias conservadoras e com foco específico no mercado de serviços para fundos de investimento. Essa estratégia permite a manutenção de níveis baixos de exposição com relação ao risco de mercado.

Os instrumentos detidos pelo Finaxis são, em sua completude, classificados na carteira bancária.

Risco de crédito

Risco de crédito consiste na possibilidade de ocorrência de perdas associadas a:

Não cumprimento pelo tomador ou contraparte de obrigações financeiras nos termos pactuados;

Desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador;

Reestruturação de instrumentos financeiros; e

Custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

Atualmente, o risco de crédito do Finaxis é considerado imaterial, devido à atividade desenvolvida. O risco de crédito é hoje proveniente de operações que representam baixo risco, sendo elas, basicamente, operações compromissadas e títulos públicos federais.

Risco operacional

Risco operacional consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas.

No Finaxis, o risco operacional é o risco de maior potencial de perdas, devido às atividades desenvolvidas nos negócios. A instituição possui políticas e procedimentos para identificação, classificação, avaliação, controle, monitoramento e tratamento dos riscos operacionais.

A Diretoria de Riscos e Conformidade tem a missão de implantar e coordenar a estrutura de avaliação de riscos operacionais, prestando o devido suporte, garantindo um gerenciamento de riscos eficaz, visando reduzir as perdas operacionais e fortalecer o ambiente de controles.

b) Gerenciamento de Capital

Gerenciamento de capital consiste no processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está exposta; e
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos.
- No Finaxis, a estrutura de gerenciamento de capital é abrangida por:
- Políticas e estratégias, claramente documentadas, que estabeleçam procedimentos destinados a manter o PR, o Nível I e o Capital Principal, de que trata a Resolução CMN nº 4.955, em níveis compatíveis com os riscos incorridos e com o requerimento mínimo regulamentar;
- Sistemas, rotinas e procedimentos para o gerenciamento de capital;
- Avaliação dos impactos no capital dos resultados do programa de testes de estresse;
- Plano de capital;
- Avaliação da adequação de capital; e
- Relatórios gerenciais tempestivos para o comitê CCRC.

De acordo com a Resolução CMN nº 4.958, de 21 de outubro de 2021, em junho de 2023 os requerimentos mínimos para o Finaxis de PR, Nível I e Capital Principal correspondiam à 8%, 6% e 4,5% do montante do RWA, respectivamente, e um Adicional de Capital Principal correspondente à 2,5% do montante do RWA. Além disso, de acordo com a Circular nº 3.876, de 31 de janeiro de 2018, em junho de 2025 o Finaxis também observou um requerimento de PR mantido para a cobertura do IRRBB correspondente à cerca de 0,25% do montante do RWA.

O Finaxis possui controles bastante eficazes para o monitoramento dos limites impostos pela regulamentação em vigor. Atualmente, o seu capital é totalmente composto pelo capital social de controladores e não controladores, ou seja, pelo Capital Principal.

Para o cumprimento dos objetivos do gerenciamento de capital, são estabelecidas diversas diretrizes que devem nortear os processos, e a estrutura de gerenciamento de capital deve prover à Alta Administração subsídios para a tomada de decisão.

Os dados abaixo demonstram a situação do Finaxis sobre os requerimentos mínimos de capital, em relação a junho de 2025 e ao período precedente.

	Jun-25	Dez-24
Valores em milhares - R\$		
Patrimônio de referência	15.452	21.418
Nível I	15.452	21.418
Capital principal	15.452	21.418
Capital complementar	-	-
Nível II	-	-
RWA (ativos ponderados pelo risco)	141.436	133.520
Crédito – RWACPAD	31.081	13.797
Mercado – RWAMPAD	-	-
Operacional – RWAOPAD	110.355	119.723
Índice de Basileia	10,93%	16.04%

Desta forma, observa-se o cumprimento do Finaxis aos requerimentos de capital previstos na regulamentação em vigor.

O descumprimento pode acarretar adoção de medidas prudenciais preventivas pelo Banco Central do Brasil, descritas na Resolução CMN nº 4.019 de 29 de setembro de 2011.

24. Resultados recorrentes e não recorrentes

Em atendimento à Resolução BCB Nº 2 de 12 de agosto de 2020, a administração informa que no semestre findo em 30 de junho de 2025, os resultados apurados são oriundos de operações recorrentes, não sendo identificado resultados não recorrentes.

25. Eventos subsequentes

Após a data-base das demonstrações contábeis, e conforme comunicações anteriores ao Banco Central do Brasil, o Banco Finaxis S.A. manteve o acompanhamento das tratativas administrativas relativas ao sinistro que deu origem ao saldo registrado na conta “Pagamentos a Ressarcir”, no montante de R\$ 10 milhões, permanecendo em interação com a seguradora e demais partes envolvidas.

Considerando que, até o momento, não houve definição quanto ao recebimento dos valores pleiteados, bem como a inexistência de negativa definitiva por parte da seguradora, foi comunicado ao Banco Central do Brasil, em 20 de março de 2026, que será realizado o reconhecimento da baixa contábil integral do referido saldo em 31 de março de 2026, caso persistam as condições atuais.

A Administração avaliou os eventuais impactos decorrentes dessa baixa sobre os indicadores prudenciais da instituição e, se necessário, adotará as medidas cabíveis para recomposição dos níveis mínimos regulatórios de capital, incluindo a realização de aporte pelos acionistas. Permanecem em curso as medidas voltadas à recuperação dos valores envolvidos, por meio da adoção das medidas administrativas e legais cabíveis.

Os eventos subsequentes acima descritos não alteram as informações patrimoniais, financeiras ou de resultado reportadas nas presentes demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 30 de junho de 2025, mas serão considerados nas divulgações do próximo período.

* * *